



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 846/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1626/2014 – 03 Volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Hospital e Pronto Socorro da Criança - Zona Oeste.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Sra. Christianny Costa Sena (01/01 a 31/03) e o Sr. Antônio Moraes de Aquino (01/04 a 31/12), ex-Diretores.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Relatório Conclusivo nº 43/2014 (fls. 465/482).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2678/2014-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 484/492).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas. Hospital e Pronto Socorro da Criança - Zona Oeste. Exercício 2013.

Contas Regulares (período de 01/01/2013 a 31/03/2013). Contas Irregulares (período de 01/04/2013 a 31/12/2013). Multa. Prazo. Inscrição na Dívida ativa. Recomendação da origem. Envio dos autos ao MPE.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regulares as Contas do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste, sob responsabilidade da **Sra. Christianny Costa Sena**, referentes ao período de 01/01/2013 a 31/03/2013, diretora geral e ordenadora de despesas à época, na forma do art. 22, I, da Lei TCE n.º 2.423/96;

9.2- Julgar Irregulares as Contas do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste, referentes ao período de 01/04/2013 a 31/12/2013, de responsabilidade do **Sr. Antônio Moraes de Aquino**, Diretor Geral e Ordenador de Despesas à época, nos termos do art. 22, III, alínea "b" c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2.423/96-TCE/AM e art. 5º, inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCE;

9.3- Multar o Sr. Antônio Moraes de Aquino, Diretor Geral e Ordenador de Despesas do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste no valor de no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes nos itens 1, 2 e 5 do Relatório/Voto;

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. Antônio Moraes de Aquino, Diretor Geral e Ordenador de Despesas do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Oeste, recolha o valor da multa que lhe foi aplicada aos cofres públicos (art. 72, III,



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 846/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

“c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.5- Autorizar, em caso de não recolhimentos dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE;

9.6- Recomendar à origem que:

9.6.1- Sane em tempo hábil (exercício financeiro vigente) as possíveis pendências de ordem contábil e financeira, de modo a evitar reincidência na presente questão;

9.6.2- Observe com maior rigor os ditames da Lei nº 8.666/93, principalmente no que diz respeito ao artigo 24 e seus incisos;

9.7- Determinar a remessa dos autos ao MPE/AM para ajuizamento de ação penal e para a apuração de possível ato de improbidade administrativa, com espeque nos arts. 89, da Lei nº 8.666/93, em decorrência das irregularidades enumeradas nos itens 1 e 2 do Relatório/Voto.

10- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de outubro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição